



CIÊNCIAS HUMANAS

Movimento #StayHome para contenção de COVID-19: será que é uma opção para grupos em situação de vulnerabilidade social?**#StayHome movement to contain COVID-19: is it an option for groups in situation of social vulnerability?**Mara Dantas Pereira¹, Míria Dantas Pereira²,
Cristiane Kelly Aquino dos Santos³, Estélio Henrique Martin Dantas⁴

RESUMO

O objetivo deste artigo foi verificar a adesão dos grupos em situação de Vulnerabilidade Social (VS) ao Isolamento Social (IS) no cenário de COVID-19. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, desenvolvida através da busca por estudos publicados no ano de 2020, obtidos nas bases de dados virtuais CAPES, LILACS e SciELO. Com base nos estudos selecionados para sistematização e análise, foi possível compreender que há amplos cenários de VS que afligem à população brasileira, que está sendo amplificada durante à pandemia de COVID-19 como: racismos e desigualdades raciais, violência doméstica, feminicídio, pobreza, fragilidade do sistema de saúde e vulnerabilidade da população indígena. Situações que expõem às desigualdades e problemáticas que estão ocorrendo no país. Conclui-se, portanto, que o Brasil é um país que apresenta grandes dificuldades para que sua população em VS possa aderir ao movimento "Stay Home" por meio do IS utilizado nos dias atuais, que comumente não está sendo capaz de apresentar o resultado esperado. Visto que, muitos brasileiros precisam sair às ruas para assegurar seu sustento, assim sendo, não aderem a este movimento por questões de sobrevivência.

Palavras-chave: COVID-19; isolamento social; quarentena; vulnerabilidade social.

¹ Universidade Tiradentes – UNIT, Aracaju/SE – Brasil. E-mail: maradantaspereira@gmail.com

² Idem. E-mail: miriadantaspereira@gmail.com

³ Idem. E-mail: ckellyakins@gmail.com

⁴ Universidade Tiradentes – UNIT, Aracaju/SE, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro/RJ – Brasil. E-mail: estelio_pesquisador.cnpq.br

*O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.



ABSTRACT

The objective of this article was to verify the adherence of groups in situations of Social Vulnerability (SV) to Social Isolation (SI) in the scenario of COVID-19. It is an integrative literature review, developed through the search for studies published in the year 2020, obtained in the virtual databases CAPES, LILACS and SciELO. Based on the studies selected for systematization and analysis, it was possible to understand that there are wide scenarios of SV that afflict the Brazilian population, which is being amplified during the pandemic of COVID-19 such as: racism and racial inequality, domestic violence, femicide, poverty, fragility of the health system and vulnerability of the indigenous population. Situations that expose the inequalities and problems that are occurring in the country. It is concluded, therefore, that Brazil is a country that presents great difficulties so that its population in SV can join the "Stay Home" movement through the SI used nowadays, which is commonly not being able to present the expected result. Since, many Brazilians need to take to the streets to ensure their livelihood, therefore, they do not join this movement for reasons of survival.

Keywords: COVID-19; social isolation; quarantine; social vulnerability.

1. INTRODUÇÃO

No início de 2020, começamos a enfrentar um desafio a nível global, com o surgimento da Doença de Coronavírus (COVID-19). A doença é provocada por um vírus altamente contagioso, denominado de Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARS-CoV-2), que devido a sua acelerada disseminação ganhou proporção pandêmica. (PEREIRA *et al.*, 2020). Deste modo, autoridades públicas mundiais, se encontram em iminente colapso de seus sistemas de saúde e, como efeito, um crescimento progressivo do número de vítimas fatais nas mais diversas regiões e cidades de seus respectivos países. (SIMÃO, 2020).

Em 19 de junho de 2020, o *World Health Organization* (WHO), disponibilizou o boletim diário intitulado de *Coronavirus disease* (COVID-2019): *Situation report – 151*, que contabilizou, até o momento, 8.385.440 indivíduos infectados e 450.686 mortes no mundo. No Brasil, são 955.377 indivíduos infectados e 46.510 mortes registradas. (WHO, 2020a).

Nesse contexto, foi implementado por diversos países medidas de enfrentamento à COVID-19, tais como o Isolamento Social (IS), que vem sendo utilizado como principal estratégia de contenção do vírus. (PEREIRA *et al.*, 2020). Diante disso, o Brasil começou aderir ao movimento mundial "Stay Home" criado pela Organização Mundial de Saúde em 2020, conhecido popularmente no país como "Fica em casa", que vem guiando uma mobilização e sensibilização de profissionais de saúde e autoridades políticas do país, etc. Deste modo, o movimento faz um apelo à população para permanecer em casa, tendo como intuito, diminuir os índices de infecção da doença e a propagação da COVID-19. (WHO, 2020b).



Entretanto, o país enfrenta no decorrer da pandemia de COVID-19 um forte panorama de dificuldades, principalmente com as populações em extrema Vulnerabilidade Social (VS), o que faz com esses indivíduos não consigam seguir as recomendações de IS propostas pela WHO, principalmente aqueles que estão em localidades e regiões pobres, que não possuem recursos necessários para se proteger, com falta de direitos básicos sanitários e de saúde. (CARMO; GUIZARDI, 2018).

Ademais, é preciso ressaltar que a concepção de VS revela a definição de sua gênese não necessariamente relacionada apenas à pobreza ou fragilidade no acesso à renda, mas está também vinculada às vulnerabilidades das conexões afetiva-relacionais e discrepância no acesso de bens e serviços públicos. Bem como, o vírus SARS-COV-2 não discrimina raça, nem renda, mais evidencia e expõe as desigualdades e problemáticas sociais que temos no país. (CARMO; GUIZARDI, 2018; PEREIRA *et al.*, 2020).

A partir dessa premissa, cabe salientar que, até a última década, o Brasil havia reduzido drasticamente sua taxa de pobreza. Entretanto, por conta do grande descompasso das contas públicas que resultou em crise econômica no país, estagnou o crescimento e o índice de VS voltou a crescer. De acordo com os números da Fundação Getúlio Vargas (FGV), estima-se que entre os anos de 2004 a 2017 são cerca de 23,3 milhões de brasileiros em condição de VS. (SER+, 2019).

Neste sentido, segundo Araújo Júnior *et al.* (2019), o termo VS possui caráter multidimensional, pois afeta de diversos modos e intensidades os indivíduos. A VS representa a adjacência sociocultural do indivíduo e revela ausência ou obstáculos para o apoio de instituições, o que impede o exercício dos direitos sociais de cada cidadão, acometendo assim, a capacidade de reagir a situações adversas.

Em 2004, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) – que possui ações pautadas na ética-política específica, com foco direto na parcela mais empobrecida da população brasileira – apresentou em seu texto, que a VS constitui-se em diversas circunstâncias que podem acometer os indivíduos em suas situações de vida, bem como o âmbito de execução de suas ações. (BRASIL, 2004).

Desse modo, a VS é constituída por diferentes fatores responsáveis pela “exclusão social” de uma parte da população. Entre estes, pode-se englobar questões históricas, de raça, de gênero e de orientação sexual. Questões que geram nos cidadãos em VS o sofrimento pela falta de representações e de oportunidades. (ARAÚJO JÚNIOR *et al.*, 2019).

É preciso mencionar ainda, que após a criação da nova Constituição Federal, em 1988, foi elaborado um programa com princípios de acesso universal à saúde pública e gratuita para atender toda a população brasileira, denominado de Sistema Único de Saúde (SUS). (SILVA;



PROCÓPIO, 2020). No entanto, a falta de investimento no SUS ao longo dos anos vêm preocupando os brasileiros, pois os cortes no orçamento da saúde afetam diretamente na prevenção e a promoção de saúde, essencial, principalmente, para a parcela da população que se encontra em VS. (SILVA; PROCÓPIO, 2020).

Vale destacar ainda, que indivíduos que vivem em situações de alta VS, com piores conjunturas financeiras, baixo nível de escolaridade, pouco acesso aos serviços de saúde e inexistência de suporte social inclinam-se a exibir estado de saúde mais fragilizado. (LACAS; ROCKWOOD, 2012). Neste ínterim, há o racismo, que é tido como um sistema estruturante, formador de comportamentos, práticas e preconceitos que alicerçam desigualdades evitáveis e injustas entre grupos sociais, apoiados na raça ou etnia. E, de modo institucional, impede o acesso a bens materiais e de saúde, serviços e oportunidades. (GOES; RAMOS; FERREIRA, 2020). Cabe ressaltar ainda, a VS sofrida pela população indígena, que vivem em aldeias com condições socioambientais que podem acentuar vulnerabilidades e desvantagens econômicas, sociais de acesso à saúde e saneamento básico. (ESCOBAR, 2020).

Nessa conjuntura, Catão (2020), chama atenção para a pobreza, que é um problema estrutural relacionado ao funcionamento social e aos mecanismos de proteção dos direitos (e.g., saúde, seguridade social, desenvolvimento etc.). No qual, os pobres são aqueles que não dispõem de uma renda necessária mínima para atender suas necessidades básicas.

Nesse cenário de VS, insere-se a violência contra a mulher, que segundo Okabayashi *et al.* (2020), é um problema mundial de saúde pública, tendo como resultado mais grave o feminicídio. A violência sofrida contra a mulher, assume diversas formas, que envolvem a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Diante da relevância de se pesquisar sobre as direções que o movimento “*Stay Home*”, vem se conduzindo atualmente no país, este estudo de reflexão crítica tem por objetivo verificar a adesão dos grupos em situação de vulnerabilidade social ao isolamento social no cenário de COVID-19.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Para realização deste artigo, optou-se por desenvolver uma Revisão Integrativa da Literatura (RIL), que têm como função sintetizar os resultados encontrados nas pesquisas bibliográficas sobre uma determinada questão, de modo sistemático e ordenado, com a intenção de colaborar para o conhecimento desta questão. Dessa forma, propicia ao pesquisador fazer uma síntese de diversos estudos publicados e efetuar reproduções sobre um tema em específico. (PEREIRA *et al.*, 2018).



Esta RIL foi elaborada com base das recomendações PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*), orientações elaboradas para auxiliar os autores a aprimorarem a qualidade de seus estudos. (MOHER *et al.*, 2009).

Para subsidiar os resultados importantes, este artigo seguiu as recomendações de Mendes, Silveira e Galvão (2008) que estabelece seis etapas: (1) elucidação da questão norteadora; (2) busca bibliográfica; (3) aplicação dos critérios para classificação dos estudos; (4) análise dos estudos incluídos; (5) discussão dos resultados encontrados; e, (6) apresentação da revisão teórica.

Este artigo orientou-se a partir da seguinte questão de norteadora: “Quais são os estudos na literatura nacional acerca do isolamento social no contexto da COVID-19 e sua adesão por grupos em situação de vulnerabilidade social?”

Para responder à pergunta norteadora proposta, foi realizada uma busca de estudos em bases de dados de periódicos disponíveis on-line entre os meses de abril e junho de 2020. Os descritores pesquisados foram: “*Social Vulnerability*” AND “*Quarantine*” AND “*Social Isolation*” AND “*COVID-19*”, sendo o primeiro em qualquer campo dos estudos o segundo apenas nas palavras-chave (ou assunto), título e resumo.

Para a inclusão dos estudos, foram utilizados os seguintes critérios de elegibilidade: estudos que atendessem a pergunta norteadora, realizados no ano de 2020, publicados em língua portuguesa, com textos disponíveis na íntegra. Foram excluídos estudos que não estavam disponíveis na íntegra, em idiomas inglês, espanhol *etc.*, duplicados, pesquisas realizadas antes de 2020, capítulos de livro, monografias, teses e dissertações, e aqueles que não analisavam a realidade brasileira.

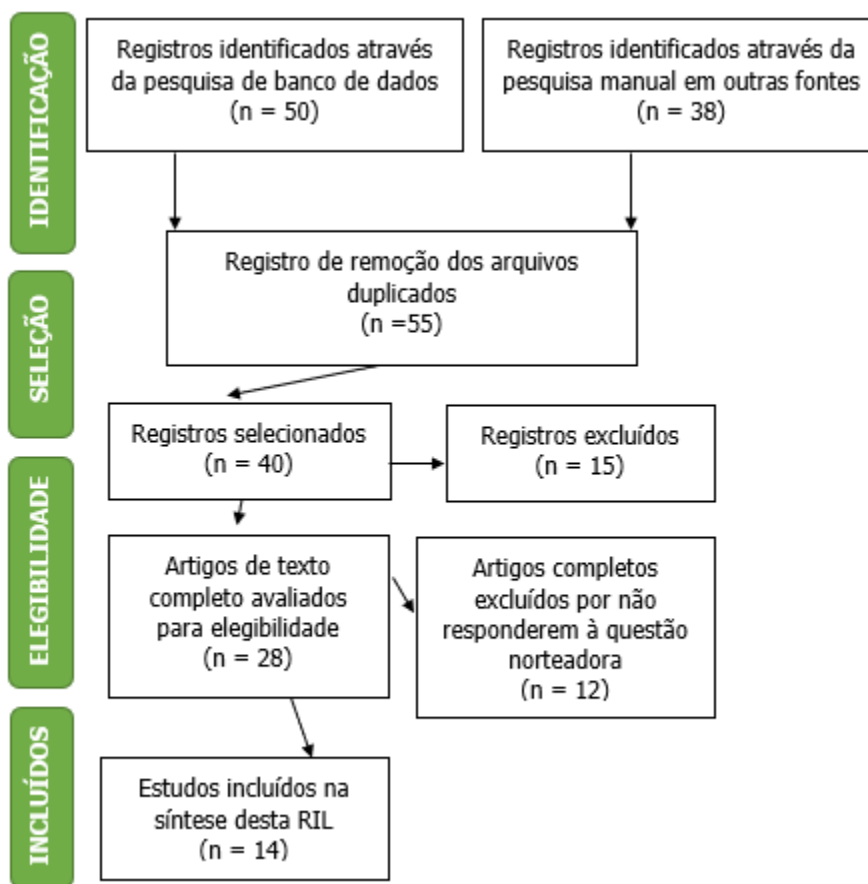
Nesta pesquisa, utilizamos os seguintes parâmetros: temático (seleção das obras científicas relacionadas com o tema trabalhado); linguístico (seleção apenas das obras escritas em português); bases de dados on-line: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Periódicos da (CAPES).

3. RESULTADOS

Expõem-se o resultado inicial em cada conjunto de base de dados, obtendo um total de 88 estudos e após a leitura prévia foram incluídas 40 publicações. Em seguida, foram aplicados os critérios de elegibilidade, excluídos por título, resumo, duplicados e por fim, após a leitura na íntegra, selecionou-se 28 estudos. Ao final, 10 publicações potencialmente relevantes foram analisadas, além disto 4 estudos em fase de pré-publicação (*Preprint*) foram selecionados manualmente. A Figura 1 (*PrismaFlow*) descreve o percurso realizado para seleção dos estudos.



Figura 1 – Fluxograma PrismaFlow com o percurso de seleção dos estudos.



Fonte: Elaborada pelos autores. Adaptação de Moher *et al.* (2009).

A partir dos estudos incluídos nesta RIL, foi construído duas tabelas contendo a categorização destas publicações e a síntese dos estudos selecionados.

Tabela 1 – Análise bibliométrica dos estudos, segundo o código de identificação, título/ano, autor(es), delineamento, periódico e classificação (Qualis Capes, 2019) .

Código	Título/ano	Autor(es)	Delineamento	Periódico/classificação (Qualis Capes, 2019)
A1	Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da COVID-19/2020	Goes, Ramos e Ferreira	Artigo de Opinião	Trabalho, Educação e Saúde/B2
A2	Interseccionalidade e outros olhares sobre a violência contra mulheres em tempos de pandemia pela COVID-19/2020	Barbosa <i>et al.</i>	Revisão Narrativa	SciELO Preprints/SQ*



Edição Especial COVID-19

A3	A COVID-19 no brasil e os grupos socialmente vulneráveis: do reconhecimento de necessidades à institucionalização de direitos/2020	Catão	Revisão Narrativa	SciELO Preprints/SQ*
A4	Vulnerabilidade social e COVID-19: considerações a partir da terapia ocupacional social/2020	Farias e Leite Junior	Revisão Narrativa	SciELO Preprints/SQ*
A5	O avanço da COVID-19 e o isolamento social como estratégia para redução da vulnerabilidade/2020	Farias	Revisão Narrativa	Espaço e Economia: Revista brasileira de geografia econômica/B1
A6	A fragilidade do sistema de saúde brasileiro e a vulnerabilidade social diante da COVID-19/2020	Silva e Procópio	Estudo Bibliométrico Exploratório	Revista Brasileira em Promoção da Saúde/B2
A7	COVID-19 nas favelas e periferias brasileiras/2020	Macedo, Ornellas e Bomfim	Artigo de Opinião	Boletim de Conjuntura (BOCA)/B4
A8	Alunos em vulnerabilidade social em disciplinas de educação à distância em tempos de COVID-19/2020	Camacho <i>et al.</i>	Revisão Narrativa	Research, Society and Development/A3
A9	Cadastro Único, espelho da pobreza e vulnerabilidade social no Pará, e as possibilidade de seu uso como instrumento de gestão no combate da pandemia de COVID-19/2020	Mathis	Quantitativo	Papers do NAEA/B3
A10	Geografia e COVID-19: neoliberalismo, vulnerabilidades e luta pela vida/2020	Bernardes, Arruzzo e Monteiro	Revisão Narrativa	Revista Tamoios/A3
A11	Violência contra a mulher e feminicídio no Brasil - impacto do isolamento social pela COVID-19/2020	Okabayashi <i>et al.</i>	Revisão Narrativa	Brazilian Journal of Health Review/B3



A12	Vulnerabilidade a formas graves de COVID-19: uma análise intramunicipal na cidade do Rio de Janeiro, Brasil/2020	Santos <i>et al.</i>	Quantitativo	Cadernos de Saúde Pública/A3
A13	Máscaras cobrem o rosto, a fome desmascara o resto: COVID-19 e o enfrentamento à fome no Brasil/2020	Sipioni <i>et al.</i>	Revisão Narrativa	SciELO Preprints/SQ*
A14	A interiorização da pandemia: potenciais impactos em populações em situação de vulnerabilidade na Amazônia/2020	Escobar	Revisão Narrativa	NAU Social/A3*

* Preprint: estudo selecionado manualmente (A Pré-publicação é um estudo científico que não foi ainda publicado); SQ: Sem QUALIS.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Tabela 2 – Quadro-Síntese dos Estudos Selecionados, 2020.

Código	Objetivo	Principal Resultado	Conclusão
A1	Recuperar os aspectos históricos e sua relação com as condições de vulnerabilidade da população negra e apresentar uma agenda de ações específicas para o combate ao racismo e suas devastadoras consequências no contexto da COVID-19.	No Brasil, a falta de informações separadas por raça ou etnia, ou quando coletadas mostram um preenchimento precário, considera-se que indivíduos negros irão sofrer mais intensamente as consequências da pandemia e seus vários resultados negativos.	É preciso que os dados da pandemia no país englobem os marcadores de raça ou etnia nos dados relacionados a todo o curso da doença, desde a testagem, hospitalizações e possíveis óbitos; além de ampliar a capacidade de testagem no país e que o façam de forma diferenciada em áreas de maior vulnerabilidade, como os indivíduos privados de liberdade, as populações que vivem e sobrevivem nas ruas e as comunidades quilombolas.
A2	Problematizar o aumento das violências domésticas durante o isolamento social em tempos de pandemia.	O isolamento social, compreendido como uma intersecção tem afetado as mulheres sobre a violência que as coage, pela separação	Ao lançar um olhar processual sobre o fenômeno da violência contra as mulheres e suas diferentes intersecções que estão regularmente se



Edição Especial COVID-19

		dos indivíduos e dos recursos que podem ajudá-las no enfrentamento às situações de violência.	reformulando, é possível planejar vias constantes de inauguração de novas possibilidades, mais criativas, acolhendo os processos produtivos desejantes, que permitam à sociedade gerar os homens e mulheres de que precisa.
A3	Desenvolver uma abordagem sobre as consequências advindas da pandemia decorrente da COVID-19 no contexto brasileiro, notadamente para os grupos socialmente vulneráveis, no sentido de demonstrar que a teoria das necessidades humanas fundamentais é um instrumento apto para a compreensão da pobreza a partir da perspectiva institucional dos direitos humanos.	Extinguir a pobreza é um desafio social, ético, político e, sobretudo, jurídico, que questiona o Estado e seu papel, bem como o Direito, em seus fundamentos e práticas, em especial as políticas públicas relativas aos direitos humanos, que atualmente são reconhecidos como fundamento da dignidade.	O estudo pretendeu contribuir para a elaboração de políticas públicas que proporcionem a transformação do quadro de precarização do trabalho e das condições de vida dos indivíduos vulneráveis.
A4	Discutir sobre vulnerabilidade social e COVID-19: considerações a partir da terapia ocupacional social.	Os autores salientam a relevância das contribuições da terapia ocupacional social, no contexto da pesquisa e/ou intervenção, baseadas em um pensar/fazer que acolha os desejos e necessidades dos indivíduos e grupos, que problematize as consequências das desigualdades estruturais na vida cotidiana, que reforce os movimentos de afirmação da vida, autonomia, cidadania e direitos.	É preciso elaborar estratégias de igualdade e reconhecimento, na democratização das possibilidades de dar continuidade à vida em meio a pandemia e após.
A5	Discutir sobre o avanço da COVID-19 e o isolamento social como	O autor realça que à COVID-19 pode atingir um número muito	Para o autor apenas o isolamento social pode não ser eficiente a médio prazo,



Edição Especial COVID-19

estratégia para redução da vulnerabilidade.

maior de infectados e de óbitos ao se instalar nas áreas mais pobres do país: onde falta saneamento básico, especialmente água limpa para lavar as mãos; onde falta renda, e por causa disso os indivíduos têm que se arriscar a descumprir o isolamento social para garantir alguns sustento para a família, onde falta o Estado, e o sistema de saúde apresenta fragilidades.

devendo ser encarado, principalmente, como uma medida para ganhar tempo enquanto cientistas do mundo estão à procura de tratamento e cura da COVID-19, pois vacina requer mais experimentação.

A6

Demonstrar os possíveis impactos da pandemia da COVID-19, a vulnerabilidade social no cenário nacional e as possíveis medidas de contenção diante da nova pandemia.

No Brasil, no período analisado, 25.262 casos de COVID-19 foram divulgados e 1.532 indivíduos foram a óbito. Dados do IBGE de 2019 indicam que cerca de 119,3 milhões de brasileiros vivendo em condição de miséria, com renda menor que um salário mínimo por mês. Além disto, de acordo com o Censo 2010, somente 3,8% da população brasileira tem acesso à água potável, o que pode dificultar às estratégias de prevenção.

Os autores destacam que com o cenário da pandemia, é fundamental dar uma maior atenção aos indivíduos que se encontram em vulnerabilidade social no Brasil.

A7

Discutir sobre a COVID-19 nas favelas e periferias brasileiras.

Os autores ressaltam que é preciso pensar em economia não separado da sociedade, particularmente negligenciando a biossegurança, revela um projeto de Brasil excludente, segregador, racista e genocida. Percebe-se que, a polarização tem se difundido por

Os autores debatem que na esfera pública, polarizando o valor da economia e da saúde, camuflam as tramas de poder e relação entre *lobbies* empresariais e o Estado.



Edição Especial COVID-19

- intermédio de *fake news* e é puramente política e midiática.
- A8 Analisar a vulnerabilidade social de alunos nas disciplinas de educação à distância em tempos de COVID-19.
- Os autores salientam que é primordial a visibilidade das necessidades do estudante em termos de preparo para lidar com tecnologias da informação e comunicação e, especialmente àqueles em situação de vulnerabilidade social que não possuem de todos os recursos para acesso aos conteúdos ministrados na modalidade Educação a distância (EaD).
- Os autores frisam que se deve ter o entendimento da diversidade, a acessibilidade e os princípios de inclusão para que se atente de forma isonômica as demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade social.
- A9 Traçar a partir de dados extraídos do Cadastro Único (CadUn) do Governo Federal um retrato da situação de pobreza e vulnerabilidade social na qual uma grande parcela da população paraense vive.
- Os dados obtidos indicam, por um lado, um universo de três milhões de pessoas que vivem na faixa de extrema pobreza, no entanto, há uma diversidade e desigualdade enorme dentro deste grupo.
- O estudo conclui a partir de uma reflexão sobre as possibilidades que o CadUn apresenta para auxiliar o poder público nas suas atividades em combate à COVID-19. No qual, são exibidas recomendações que elucidam a importância do CadUn como instrumento de gestão municipal.
- A10 Trazer reflexões do campo da ciência geográfica, buscando oferecer uma contribuição da Geografia no que tange a uma análise crítica da sociedade e o debate das possibilidades cooperativas, em um mundo do capitalismo globalizado marcado por competitividades.
- O quadro da saúde se acentua num país como o Brasil, em especial pelo atual cenário político-econômico, sob a égide do autoritarismo, da insegurança e da violência, o qual ocupa posição de 6º país mais desigual no ranking da desigualdade social no panorama internacional, apesar de ser um dos grandes produtores de alimentos do mundo, concentrando 50% da riqueza nas mãos de
- Os autores reforçam que ao se indagar sobre a existência das desigualdades, da miséria, percebe-se o território para uma ação política. Dessa forma, é preciso voltar a visão política para o reconhecimento de que nem todos somos iguais e nem todos os espaços, como também não percebemos a capacidade dos indivíduos de construir novos modos de vida, pois não absorvemos o outro na sua própria força; neste sentido, acabamos por reproduzir o olhar dominante.



Edição Especial COVID-19

A11	Realizar um levantamento bibliográfico do tema “violência contra a mulher”, com a pretensão de estabelecer relações entre fatos e ocorrências de violência contra a mulher com o isolamento social estabelecido com a intercorrência da COVID-19 no Brasil.	apenas 100 pessoas. Conforme os dados levantados a partir das Secretarias de Segurança Pública dos estados brasileiros, contactou-se um aumento nos casos de feminicídios no primeiro trimestre de 2020 em relação ao mesmo período de 2019, sendo eles: Rio de Janeiro (13%), Espírito Santo (30%), Ceará (60%), Rio Grande do Sul (73%) e Tocantins (300%).	Os autores salientam que mesmo que tenha sido percebido um aumento dos casos de feminicídios nestes estados, o mesmo não ocorreu com o número de ocorrências formais de violência contra a mulher, pois a proximidade diária com o agressor estaria constringendo a vítima em denunciar o delito.
A12	Discutir sobre vulnerabilidade a formas graves de COVID-19 em uma análise intramunicipal na cidade do Rio de Janeiro, Brasil.	Os autores destacam que é possível constatar que as áreas de maior vulnerabilidade no Rio de Janeiro estão nas regiões Norte e Oeste da cidade e em comunidades carentes encrustadas nas áreas nobres como as zonas Sul e Oeste.	Os autores salientam que é preciso compreender estas condições de vulnerabilidade, para que seja possível subsidiar a elaboração de estratégias de monitoramento da evolução da doença, como também no direcionamento das ações preventivas e de promoção a saúde.
A13	Problematizar sobre COVID – 19 e o enfrentamento à fome no Brasil sob o aspecto político e técnico das políticas de segurança alimentar e nutricional.	Os autores frisam que é fundamental resgatar as diversas situações em que o país atuou no combate à fome, culminando no cenário atual de secundarização das políticas sociais no país.	Os autores realçam que é preciso ampliar e potencializar os programas já existentes na agenda pública como modo de amenizar as consequências da fome, recomendando também haver adaptações em suas implantações para o contexto da pandemia de COVID-19.
A14	Discutir a interiorização da pandemia e os potenciais impactos em populações em situação de vulnerabilidade na Amazônia.	Os autores frisam que para vencer pandemia é primordial expandir os investimentos no SUS, pois se trata de evitar óbitos e assegurar a preservação de vidas. É essencial conduzir progressivas análises de monitoramento do	Os autores reforçam que é necessário conduzir progressivas análises de monitoramento do espalhamento da epidemia, inclusive chamando atenção para a centralidade da participação das organizações indígenas nas atividades de vigilância.



espalhamento da epidemia, inclusive chamando atenção para a centralidade da participação das organizações indígenas e quilombolas nas atividades de vigilância, realçando o notável protagonismo que organizações e lideranças devem exercer.

Fonte: Elaborada pelos autores.

4. DISCUSSÃO

A partir da leitura dos estudos incluídos nesta RIL, com a intenção de problematizar sobre os grupos em situação de VS e sua adesão as estratégias de enfrentamento à COVID-19. Nesse contexto, foi construído dois eixos temáticos apresentados na Tabela 3. Realça-se que os estudos foram identificados a partir de códigos (e.g. A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7.....).

Tabela 3 – Eixos temáticos.

Eixos temáticos	Artigos
1. Impactos da pandemia de COVID-19 nos grupos em situação de vulnerabilidade social no cenário nacional	A2, A6, A8, A9, A11, A12, A14
2. Isolamento social e os obstáculos para sua adesão pelos indivíduos socialmente vulneráveis	A1, A3, A4, A5, A7, A10, A13

Fonte: Elaborada pelos autores.

4.1. EIXO 1 – IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NOS GRUPOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO CENÁRIO NACIONAL

No eixo 1, os estudos A2 e A11 compreendem que a violência contra a mulher é um fenômeno que vem se tornando uma consequência no Brasil neste contexto de pandemia pela COVID-19, que tem afetado diferentes grupos de pessoas, de diversos modos, aprofundando as desigualdades já existentes. Nota-se que a pandemia está trazendo implicações sociais e econômicas graves para às mulheres brasileiras, podendo, até, retroceder o progresso limitado feito na igualdade de gênero e nos direitos das mulheres no país.



Em continuidade, de acordo com o estudo A11 é necessário frisar que conforme o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o número de ligações para o Ligue 180, que recebe denúncias de violência contra a mulher, cresceu cerca de 9% após a implementação do IS. No qual, em relação ao tipo de agressor, a maioria da violência foi cometida por moradores da mesma residência da vítima.

Posteriormente, através dos estudos A6 e A12, percebeu-se que a falta de investimento no SUS no Rio de Janeiro e nos demais estados do país, a partir das diminuições progressivas em seu orçamento ao longo dos anos vêm causando uma grande preocupação na população brasileira, pois estes cortes vem afetando diretamente a prevenção e a promoção desta ferramenta de atenção pública essencial no combate à COVID-19.

Nesta perspectiva, o estudo A9 faz uma alerta também para os baixos investimentos nos programas sociais pelo Governo Federal, onde o CadUn é utilizado para encontrar os perfis dos potenciais beneficiários destes programas. No entanto, frequentemente famílias não cadastradas e que se encontram em condição de pobreza extrema não são contempladas pelos auxílios ofertados por não estarem incluídas no banco de dados ou por não ter acesso à internet para se inscrever nas plataformas digitais do governo, como por exemplo, nos dias atuais o aplicativo Auxílio Emergencial. Diante destes fatores, é preciso que as prefeituras ofereçam para estes indivíduos, alternativas para solicitação dos auxílios disponíveis.

No estudo A8, observa-se que o ensino à distância em tempos de COVID-19 para estudantes em situação de VS e com baixa acessibilidade as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), os tornam invisíveis por não terem acesso a estes recursos tecnológicos e conseqüentemente não poderem acompanhar as aulas na modalidade virtual. Dessa maneira, os autores salientam que é fundamental criar soluções democráticas determinadas na democracia participativa voltada para a solidariedade e cooperação, e em nenhum momento deve ser inclinada ao empreendedorismo e competitividade a todo o custo.

Encerramos este eixo 1, com o estudo A14 que compreende a presença da COVID-19 entre as populações indígenas, o que reflete mais um entre vários desafios à sociedade, às autoridades de saúde e, especialmente, às comunidades indígenas, buscando a proteção desta população vulnerável contra esta doença, que vem gerando grandes impactos sociais e de saúde no país, como citado anteriormente. Dessa forma, é essencial que o país siga em um caminho de valorização da vida da população geral e indígena, visto que o Governo necessita reconhecer a sua responsabilidade em organizar em todos os níveis de estratégias sólidas de controle da pandemia.



4.2. EIXO 2 – ISOLAMENTO SOCIAL E OS OBSTÁCULOS PARA SUA ADESÃO PELOS INDIVÍDUOS SOCIALMENTE VULNERÁVEIS

No eixo 2, o estudo A1 entende que a população negra está em risco adicional frente à pandemia pela COVID-19. Deste modo, os autores salientam que o racismo pode condicionar a adoção de medidas preventivas para COVID-19, observando-se que o IS, a principal estratégia pautada pela OMS, não é um privilégio de todos, especialmente no Brasil, que os negros correspondem a maioria dos trabalhadores informais, de serviço doméstico, comercial, da alimentação, transporte, armazenamento e correio, que se encontram ativos durante a pandemia. Cabe ainda destacar que a higienização das mãos, outra medida preventiva para COVID-19 indicada pela OMS, são várias vezes difíceis de executar, pois, muitas moradias, em diversas regiões do país, não têm acesso à água e saneamento básico.

Além disso, nos estudos A3, A7 e A13 notamos que na crise decorrente da pandemia de COVID-19, a OMS vem patenteando no sentido de que os Estados e seus governantes busquem proteger em especial aqueles indivíduos socialmente vulneráveis, assegurando-lhes sobrevivência digna, diante do atual e do futuro cenário socioeconômica mundial. Desse modo, os grupos vulneráveis socialmente estão mais sujeitos a diversos modos de exclusão, isolamento ou desigualdade.

Ainda os autores A3, A7 e A13 salientam que as favelas e periferias são, espaços urbanos com dinâmicas socioespaciais próprias, que Governo, ministérios e secretarias estaduais e municipais não estão levando em consideração estas dinâmicas na elaboração das medidas de IS para o combate à COVID-19. Nesse sentido, devido ao grande volume populacional e as condições sanitárias precárias favorecendo o alastramento do vírus, conseqüentemente, se tornando crescente a estatística da pandemia no país.

Ademais, o estudo A13 ressalta que a pandemia de COVID-19 mostra as desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero e as situações precárias de vida a que estão submetidas grandes parcelas da população brasileira, frisando seu potencial catastrófico junto a estes grupos vulneráveis.

Em seguida, os estudos A4, A5 e A10 evidenciam que para realizar estratégias de enfrentamento, prevenção e conscientização à COVID-19, a partir de intervenção dos diversos equipamentos sociais, é necessário empregar metodologias do campo, intituladas tecnologias sociais, atuando por meio de oficinas de atividades, dinâmicas e projetos, no contexto do trabalho junto a sujeitos e coletivos nos diversos serviços para pensar nas conseqüências da pandemia naqueles que necessitam de maiores cuidados nos contextos das dificuldades individuais de mobilidade, circulação, relacionais, familiares e de acesso; articulando recursos no campo social, que busquem recursos suficientes para os cuidados



advindos dos órgãos governamentais, movimentos sociais e comunidades, ou seja, para aqueles sujeitos que perderam suas redes de suporte pelas novas dinâmicas sociais, no contexto das relações interpessoais e de trabalho.

Ainda conforme os autores, é preciso divulgar e assegurar o acesso da população brasileira em condição de vulnerabilidade às políticas públicas emergenciais de transferência de renda, um bom exemplo disso é o auxílio emergencial mencionado anteriormente. Por fim, finalizamos o eixo 2, reforçando que é necessário dinamizar a rede de atenção, realizando orientações das equipes de profissionais de saúde, com a intenção de fortalecer os debates sobre políticas públicas e as especificidades essenciais para o cenário atual, como também estimular que as notificações de COVID-19 sejam executadas de modo completo, com dados sobre território, raça, gênero *etc.*, possibilitando o mapeamento dos indivíduos mais acometidos e quais podem ser as necessárias políticas à frente disto.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o Brasil, é um país que apresenta grandes dificuldades para que sua população em extrema VS possa aderir ao movimento “*Stay Home*” por meio do IS utilizado nos dias atuais, que comumente não está sendo capaz de apresentar o resultado esperado. Visto que, muitos brasileiros precisam sair às ruas para assegurar seu sustento, assim sendo, não aderem a este movimento por questões de sobrevivência.

Dessa forma, a COVID-19 chegou em um momento de recessão econômica, cortes consideráveis no orçamento do SUS, de ausência da proteção social dos grupos vulneráveis, e indivíduos vivendo em favelas e periferias sem saneamento básico. A interseção entre esses fatores, especialmente no contexto das poucas políticas públicas voltadas aos indivíduos em uma condição de VS, assim sendo contribuindo para que uma grande parcela dos brasileiros, encontrem-se em uma situação de profunda fragilidade diante dessa pandemia.

Nesse sentido, é essencial que as autoridades públicas realizem ações eficazes para amparar e auxiliar estes indivíduos que se encontram desprotegidos, pois há um crescente número de novos casos de COVID-19 localizados em favelas, periferias, e em especial os indivíduos em situação de rua, conseqüentemente, a maioria dos óbitos vem ocorrendo com estes sujeitos.

Posteriormente, destacamos como limitação deste estudo a escassa literatura nacional relacionado ao isolamento social, a COVID-19 e os grupos em situação de VS, que tragam as autoridades públicas e da área social e da saúde, novas reflexões sobre real realidade desta parcela da população brasileira.



Por fim, recomendamos, que é necessária uma maior atenção aos indivíduos que estão em condição VS no Brasil diante da pandemia. No qual, torna-se fundamentais informações e orientações aos brasileiros vulneráveis, além de ações conjuntas entre o Governo Federal, Estado e Municípios.

6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO JÚNIOR, F. B. *et al.* Fragilidade, perfil e cognição de idosos residentes em área de alta vulnerabilidade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.24, n.8, p.3047–3056, 2019.

BARBOSA, J. P. M. *et al.* Interseccionalidade e outros olhares sobre a violência contra mulheres em tempos de pandemia pela COVID-19. **SciELO Preprints**, p.1–21, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.328>>. Acesso em: 18 mai. 2020.

BERNARDES, J. A.; ARRUZZO, R. C.; MONTEIRO, D. M. L. V. Geografia e COVID-19: neoliberalismo, vulnerabilidades e luta pela vida. **Revista Tamoios**, v.16, n.1, p.188–205, 2020.

BRASIL. Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social de Alagoas. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/acervo/protecao-social-especial-media-complexidade/creas-paefi/PNAS_2004.pdf/view?searchterm=Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Assist%C3%A2ncia%20Social%20PNAS/2004>. Acesso em: 9 jun. 2020.

CAMACHO, A. C. L. F. *et al.* Alunos em vulnerabilidade social em disciplinas de educação a distância em tempos de COVID-19. **Research, Society and Development**, v.9, n.7, p.1–12, 2020.

CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, v.34, n.3, p.1–14, 2018.

CATÃO, M. O. COVID-19 no brasil e os grupos socialmente vulneráveis: do reconhecimento de necessidades à institucionalização de direitos. **SciELO Preprints**, p.1–16, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.508>>. Acesso em: 18 mai. 2020.

ESCOBAR, A. L. A interiorização da pandemia: potenciais impactos em populações em situação de vulnerabilidade na Amazônia. **NAU Social**, v.11, n.20, p.137–143, 2020.

FARIAS, H. S. O avanço da COVID-19 e o isolamento social como estratégia para redução da vulnerabilidade. **Espaço e Economia: Revista brasileira de geografia econômica**, v.9, n.17, p.1–13, 2020.



FARIAS, M. N.; LEITE JUNIOR, J. D. Vulnerabilidade social e COVID-19: considerações a partir da terapia ocupacional social. **SciELO Preprints**, p.1–15, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.494>>. Acesso em: 16 mai. 2020.

GOES, E. F.; RAMOS, D. O; FERREIRA, A. J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.18, n.3, p.1–7, 2020.

LACAS, A.; ROCKWOOD, K. Frailty in primary care: a review of its conceptualization and implications for practice. **BMC Medicine**, v.10, p.4(1-9), 2012.

MACEDO, Y. M.; ORNELLAS, J. L.; BOMFIM, H. F. COVID-19 nas favelas e periferias brasileiras. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v.2, n.4, p.50–54, 2020.

MATHIS, A. Cadastro Único, espelho da pobreza e vulnerabilidade social no Pará, e as possibilidade de seu uso como instrumento de gestão no combate da pandemia de COVID -19. **Papers do NAEA**, v.29, n.1, p.32–69, 2020.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v.17, n.4, p.758–764, 2008.

MOHER, D. *et al.* Reprint--preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. **Physical Therapy**, v.89, n.9, p.873–880, 2009.

OKABAYASHI, N. Y. T. *et al.* Violência contra a mulher e feminicídio no Brasil: impacto do isolamento social pela COVID-19. **Brazilian Journal of Health Review**, v.3, n.3, p.4511–4531, 2020.

PEREIRA, M. D. *et al.* A pandemia de COVID-19, o isolamento social, consequências na saúde mental e estratégias de enfrentamento: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v.9, n.7, p.1–31, 2020.

PEREIRA, R. S. G. *et al.* A modelagem matemática no Brasil: resultados de uma revisão integrativa de teses e dissertações. **Revista Thema**, v.15, n.1, p.156–167, 2018.

SER+. Instituto. **Vulnerabilidade social**: entenda o que caracteriza o conceito, 2019. Disponível em: <<https://sermais.org.br/vulnerabilidade-social/>>. Acesso em: 1 jun. 2020

SANTOS, J. P. C. *et al.* Vulnerabilidade a formas graves de COVID-19: uma análise intramunicipal na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v.36, n.5, p.1–12, 2020.



SILVA, M. H. A.; PROCÓPIO, I. M. A fragilidade do sistema de saúde brasileiro e a vulnerabilidade social diante da COVID-19. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v.33, n.1, p.1-12, 2020.

SIMÃO, M. P. Como as favelas nos ajudam a pensar a cidade após a pandemia do Coronavírus? **Revista Tamoios**, v.16, n.1, p.50-62, 2020.

SIPIONI, M. E. *et al.* Máscaras cobrem o rosto, a fome desmascara o resto: COVID-19 e o enfrentamento à fome no Brasil. **SciELO Preprints**, p.1-21, 2020.

WHO. World Health Organization. **Coronavirus disease (COVID-2019): situation report – 151**. Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200619-covid-19-sitrep-151.pdf?sfvrsn=8b23b56e_2>. Acesso em: 19 jun. 2020a.

WHO. World Health Organization. **#HealthyAtHome**. Disponível em: <<https://www.who.int/campaigns/connecting-the-world-to-combat-coronavirus/healthyathome>>. Acesso em: 2 jun. 2020b.

Submetido em: **19/06/2020**

Aceito em: **06/08/2020**